

# Notícias Bibliográficas sobre o Urbanismo

## Colonial Português dos Séculos XV a XVII (primeira parte: a década de 1980 e inéditos de Orlando Ribeiro)

*Francisco Roque de Oliveira\**

### RESUMO

*Herdeira de uma importante tradição de pesquisa cimentada durante as décadas de cinquenta e sessenta por investigadores brasileiros e portugueses, a matéria do urbanismo colonial português é redescoberta na actualidade por uma prática multidisciplinar pujante. Visitando as edições lusas dos últimos vinte anos que se preocuparam com as realidades urbanas dos séculos XV a XVII, tentamos aqui o respectivo "estado da questão". Nesta que é a primeira de duas partes, incidimos sobre três pontos: (1) a forma como as novas linhas de inquérito têm conservado*

*um diálogo crítico constante com as pesquisas fundadoras; (2) cinco textos de tom "clássico" da figura maior do geógrafo português Orlando Ribeiro (1911-1997) redigidos entre meados da década de sessenta e finais da década de setenta, quatro dos quais inéditos e publicados apenas em 1994; (3) e a retrospectiva dos títulos que se destacaram nos anos de 1980, com lugar para alguns exemplos ulteriores.*

### PALAVRAS-CHAVE:

*Cidades Coloniais Portuguesas; Urbanismo Colonial; Crescimento Orgânico; Urbanismo Regulado; Séculos XV-XVII.*

### INTRODUÇÃO

**T**al como é comum à generalidade dos estudos sobre o fenómeno urbanístico, também aqueles que procuram esclarecer o conjunto de características das cidades coloniais portuguesas gozam desde há muito tanto da necessidade como do privilégio da multidisciplinaridade. Domínio desbravado por geógrafos e historiadores, por algum arquitecto e arqueólogo, não apenas é consensual considerar-se que viu aparecer entre o final da década de cinquenta e os primeiros anos da seguinte os seus

trabalhos fundadores, como deve a esses mesmos ensaios de então algumas das linhas de especulação polémica que, directa ou indirectamente, o têm condicionado até a actualidade.

Ao longo das duas partes que compõem o presente texto procuraremos dar conta do que se tem redigido e editado em Portugal tratando, específica, parcial ou pontualmente, a matéria do urbanismo colonial próprio dos primeiros três séculos da Expansão portuguesa, tanto no Atlântico, como no Índico, no Extremo Oriente e no Brasil. Nesse sentido, o nosso *terminus ad quem* é dado pela intervenção Iluminista das eras joa-

nina e pombalina. Serão revistos, quer os diferentes sentidos que a pesquisa ganhou nas últimas duas décadas, quer o efeito insistente de algumas dessas sugestões quase instintivas de partida, as quais parecem conservar intacto todo o peso da sua formulação original. Entre estas sobressaiem as que apostaram no confronto entre, por um lado, o carácter planificado e conforme um modelo regular que marcou a maioria das estruturas urbanas implantadas pelos espanhóis na América e, por outro, o carácter “orgânico”, a suposta ausência ou resistência de fundo a qualquer regra e ordem na maioria das cidades e demais aglomerações de fisionomia urbana criadas de raiz pelos portugueses nos seus territórios ultramarinos ou cuja estrutura interna foi de alguma forma afectada por estes um pouco por todas essas paragens. Se, à semelhança de outras questões de partida, também a deste contraste se encontra entretanto resolvida em vários dos seus aspectos essenciais, a frequência com que ainda assim é recolocada será porventura o mais evidente dos indícios da natureza aberta, predisposta ou carente de novas leituras que é a do nosso assunto.

## **UMA HERANÇA DE PEDRA** *SUI GENERIS*

Bom weberiano na adesão ao esclarecimento pelo confronto sistemático de contrários ainda que sabendo temperar os riscos de esquematismo pelo recurso à maior profundidade da metodologia de tipo hegeliano (Cândido, 1989, p. xii), o historiador Sérgio Buarque de Holanda concebe em 1936 no celebrado *Raízes do Brasil*, clássico entre os clássicos brasileiros, a abordagem do tema do urbanismo colonial ibérico flexibilizada por um recuo histórico que teve tanto de arrojo como de problemático – para o que nos afecta, há que notar que é só na 2ª ed. (1947) que o texto adquire um conteúdo pertinente. A análise em causa, ocupando quase todo o respectivo Cap. 4, significativamente intitulado “O

semeador e o ladrilhador”, ocorre no plano da obra entre a não menos significativa abordagem do “contraste entre a pujança das terras de lavoura e a mesquinhez das cidades na era colonial”, o ponto com que se encerra o capítulo anterior dedicado à herança rural, e aquela que terá sido uma das suas mais brilhantes construções teóricas, a ideia do “homem cordial”, tema central e título do Cap. 5.

“Ladrilhador” o espanhol, capaz de materializar o seu domínio no Novo Mundo por intermédio de grandes núcleos urbanos – a cidade vista como instrumento por excelência de controlo militar, político e económico de um território –, e fazendo-o com recurso à abstracção de um traçado regular, o qual se entende menos como produto da leitura dos ideais do urbanismo da Antiguidade que o Renascimento actualizou e que a centralidade espanhola na cultura europeia absorveu e aplicou de modo ímpar, mas antes do mais como resultado de uma atracção inata por “formas fixas e preestabelecidas, que exprimem uma enérgica vontade construtora” (Holanda, 1989, p. 75).

Latente em tudo isto está a identificação de uma espécie de marca colectiva, da qual o historiador se serve para rotular todo um povo de empreendedor, tenaz e furiosamente centralizador, codificador e uniformizador, e tanto assim porque esse seria o gesto certo a que deitar mão para transcender a debilidade congénita de uma origem fragmentária, uma agregação artificial e o espectro sempre presente de um estilhaçamento interno (Holanda, 1989, p. 82-83). Pela mesma ordem de ideias, é “semeador” o português, que se permite ser mais livre, conservador e imprevidente porque parte para além-mar com o conforto de uma unidade política e étnica precocemente adquirida, condição que a “fisionomia mercantil, quase semita” da sua colonização, aliada a uma predilecção pelo universo rural cujo reverso estaria bem patente na miséria urbana da generalidade dos sítios brasileiros dos primeiros séculos, evidenciarão com a natura-

lidade das correspondências elementares (Holanda, 1989, p. 73).

Ao tratar o tema do urbanismo lusitano na América, Holanda não tocará mais do que genericamente alguns dos tópicos que se impõem numa análise sistemática da matéria: pouco ou nada sobre a razão locativa, a observação situacional, a orientação, estruturas e funções urbanas, menos ainda sobre aquilo que é relevante e próprio das tipologias da arquitectura para a imagem das cidades. Mas, sejamos justos, nem outra coisa se lhe pedia. À parte notas avisadas à característica litoral da maioria dos primeiros assentamentos portugueses, ao contraste que esse facto dá a ver com a territorialidade da cartografia urbana da colonização espanhola, à matriz talássica do império português ou, mais em concreto, aos atavios impostos de forma diversa à organização interna dos centros urbanos pelos perfis topográficos sobre os quais a maioria dos núcleos populacionais dos dois Estados ibéricos se implantou no solo desse continente – as terras quase sempre planas que favoreceram a expansão reticular das cidades espanholas *vs.* a topografia acidentada a que correspondeu o “desalinho” e a “fantasia das nossas cidades” (Holanda, 1989, p. 75) – ou, simplesmente, à fragilidade comparativa e incontornável do próprio poderio português, pouco mais há aí de matéria, digamos, substantiva para uma leitura especializada.

Se em todas estas referências sobrariam ainda assim dados suficientes para, por exemplo, desmentir um determinismo psicológico absoluto, não é por regra isso aquilo que a esmagadora maioria dessa leitura especializada citará dos seus parágrafos, preferindo antes entabular as pesquisas que os corrigem com a afirmação reproduzida a descoberto e à saciedade segundo a qual, por efeito de “nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência” e sempre por esse “significativo abandono que exprime a palavra *desleixo*”, a cidade construída pelos portugueses na América “não é um produto mental, não chega a

contradizer o quadro da natureza, e a sua silhueta se enlaça na linha da paisagem” (Holanda, 1989, p. 76). Desde logo, mérito indiscutível do ensaísta, que vê a sua impressão espicaçar as inteligências e promover o estudo atento de algo que pouco ou nada preocupara os inquiridos até essa data. Porém, por certo também algum desalento face a uma crítica que, por hábito, não só perde de vista o equilíbrio e o invulgar requinte formal do texto – e esses mantêm-se intactos para um leitor moderno –, como é sobretudo coriácea ao sentido literário ou simbólico que, mesmo nas afirmações mais cruéis, não deixa nunca de ser o que subjaz a retratos arquétipos como o desse homem português.

Este retrato, logo transposto para a acção colonial em geral e, desta, para o mundo urbano, é sempre balanceado em Sérgio Buarque, feito de uma

*aversão congênita a qualquer ordenação impessoal da existência”, de apego à “rotina” ou de uma persistente “atitude tateante e perdulária”, tanto quanto é impregnado de um “realismo fundamental” ou de “um bom senso atento a minúcias.* (Holanda, 1989, p. 75-76)

Se certa razão pode ferir ao ser alcunhada de “pedestre”, vê-se também que, dado em simultâneo, o seu sinónimo é tão-só o de “cautelosa” (Holanda, 1989, p. 71). Para ficarmos apenas com uma das muitas máximas equivalentes que foi retirar a vários autores maiores da literatura portuguesa, sirva-nos essa das regras de tranquila moderação, isentas de rigor e já distanciadas em muitos pontos dos ideais aristocráticos e feudais que leu no “caminho da discricção” ou no “verdadeiro siso” a que D. Duarte faz apelo no *Leal Conselheiro*. Tais motivos estão lá, não para extrapolações lineares ou para comprazimento desdenhoso com uma *Aurea mediocritas* alheia, espécie de *fatum* irrevogável, mas acima de tudo como sinal sólido de um inquestionável potencial democrático (Holanda, 1989, p. 81).

Por contraste, seu contemporâneo no alinhamento fundamental da respectiva tese, não podia deixar de nos ocorrer o esquematismo antropológico que Gilberto Freyre desenvolve em 1933 a partir da ideia “daquelas felizes predisposições de raça, mesologia e de cultura” que teriam permitido ao português

*vencer as condições de clima e de solo desfavoráveis ao estabelecimento de europeus nos trópicos, como suprir a extrema penúria de gente branca para a tarefa colonizadora unindo-se com a mulher de cor” e, assim, triunfar ao construir aí a primeira sociedade moderna “com características nacionais e qualidades de permanência.* (Freyre, 1983, p. 24-25)

Uma tese que, ao lado de conhecidas e por muito tempo influentes recensões portuguesas, teria uma assimilação comparativamente bem mais fácil, sabendo-se como e por que motivo uma retórica que classificava um tipo nacional de “contemporizador”, sem “ideais absolutos, nem preconceitos inflexíveis” (Freyre, 1983, p. 191) se prestava a vencer expressões como as de hesitante, flexível à facilidade e à frouxidão ou vago impreciso, qualquer delas de encaixe pelo menos tão difícil quanto vários dos qualificativos do género daqueles que lemos saídos da pena de Holanda (Freyre, 1983, p. 83)<sup>1</sup>.

Para além de tudo isto ser importante porque a simples hipótese desta maleabilidade racial ainda hoje serve para moderar a observação de algumas fragilidades coloniais, tema urbano incluído, quando não para as justificar, o seu efeito decisivo para o momento da reflexão sobre o fenómeno que nos ocupa terá decorrido do facto da mesma ter ajudado a fixar a ideia da ruralidade dominante de uma experiência ultramarina tão visível e decisiva como a brasileira, especificidade esta por sua vez responsável por contagiar o próprio tópico urbano com um hibridismo “tolerante” e por sobre tudo permeável a “mo-

dos de vida” que não são caracteristicamente os seus (cf. Fernandes, 1987a, p. 106). Clássico brasileiro por clássico brasileiro, o último Darcy Ribeiro parece ainda surgir tocado de modo indelével por este fundo mental (Ribeiro, 1997, p. 193-198).

## **INÉDITOS DE ORLANDO RIBEIRO**

Foi precisamente aquilo que via como o exagero e a generalização errónea com que se queriam à força fazer passar a imagem de um ruralismo característico da colonização portuguesa no Brasil que, no dizer do próprio, despoletou os mais significativos textos em que Orlando Ribeiro aborda o tema do urbanismo colonial português. A imagem de que se fala não poderia ser outra para além daquela associada às *casas grandes* preferidas pela aristocracia dos “senhores do engenho” e que foi dominante nas primeiras épocas do Brasil colónia. O respectivo carácter, continuava a tese controvertida, teria extravasado para o plano de ocupação do território, do qual, por sua vez, decorrera a menoridade, a desordem, o caos e o carácter espontâneo e livre da cidade - sempre a base do raciocínio simples que liga uma prática colonial específica ao desenho de um tipo de cidade, o qual, para o mais, se queria oposto do castelhano.

Para ilustrar a reacção do geógrafo português, inventariámos cinco artigos. Talvez se estranhe que o primeiro deles tenha sido escrito em 1965 e que um dos mais recentes do conjunto tenha sido apresentado em público em 1979 e publicado dois anos depois. Sucede que todos excepto este permaneceram inéditos até à sua recente inclusão no Vol. 5 dos *Opúsculos Geográficos* do autor, o que justifica a referência que lhes fazemos nesta resenha<sup>2</sup>.

A insistência de “certos autores brasileiros no carácter essencialmente rural da colonização portuguesa” (Ribeiro, 1994c, p. 509) ou a leitura nos mesmos do argumento dos efeitos contras-

tados que “uma pretensa oposição de psicologia étnica” daria a observar na regularidade ou no “desleixo” das cidades de um e de outro tipo de colonizador ibérico (Ribeiro, 1994b, p. 497) seriam suficientes para lhe suscitar a irritação que não disfarça. Porém, fiel vidaliano como o sabemos, o que na verdade se percebe motivar as correções a que se lança nesse conjunto de artigos é a falha constatável na generalidade dos tratamentos que tais trabalhos faziam da questão urbana de um princípio de compreensão no qual se pressentissem adquiridas as ideias centrais de contingência, de inter-relação permanente e de causalidade recíproca que dão a natureza complexa e dinâmica do meio naquele sentido em que estas foram evocadas para contrariar os dilates do determinismo de Ratzel. A isso mesmo se refere no último dos artigos mencionados depois de ter dado uma exemplar definição de “unidades regionais” e de cidades. Como se compreende, o tom é o de alguém que recapitula os postulados que sempre considerara anteriores a qualquer análise: “Estas ideas básicas han orientado casi medio siglo de mis investigaciones en cuatro partes del Mundo y de las islas atlánticas” (Ribeiro, 1994e, p. 533).

As suas leituras do problema são, pois, típicos exercícios de Escola. Exercício explícito e bem reconhecível quando relembra que “a cidade participa do localismo das civilizações ajustadas a certos tipos de ambiente” (Ribeiro, 1994d, p. 503-504) ou quando, depois de advertir que não se considera “especialista en Geografía urbana, sino geógrafo interesado tanto en los hechos físicos como en los humanos”, remata dizendo que “la ciudad se desarrolla con las mismas civilizaciones, cambia con ellas, se traslada en el espacio cuando éstas se expanden” (Ribeiro, 1994e, p. 532). Também aí exercício de um vidaliano porque afirmações como essa deixam mais do que espaço para perceber aquele princípio fundamental que afirma que causas idênticas nem sempre desembocam em consequências idênticas. Depois disso há um espaço intermédio em que o

vidaliano não só reaparece pelo lado mais óbvio, i.e. quando se nega a tocar argumentos de relação difícil como o climático (Ribeiro, 1963, p. 513), mas também pela natureza aberta do sistema de explicações que desenvolve, feito de um recuo constante em busca sólida de antecedentes, de origens, de convergências. Enfim, exercício típico de um vidaliano até pela habilidade da conjugação um pouco avulsa de factos naturais e de factos de cultura que sabe empreender ao longo de uma sequência analítica nunca demasiado ordenada ou rigidamente esquemática (Cordonnier, 1995, p. 14-17).

Não obstante as décadas que medeiam entre a redação do primeiro e do último destes cinco textos, não apenas parece justo como recomendável proceder à sua leitura sobreposta. A isso o aconselham, quer a irrepreensível coerência metodológica que os caracteriza e que acabamos de situar, quer a feição global de um mesmo inquirito, progressivamente apurado. Além disso, dá-se o facto de se destacar de uma citação de autoridades alheias, por regra contida, a crítica à tese de Sérgio Buarque de 1936, tenha esta sido colhida em Aroldo de Azevedo (1956) ou lida no original (Ribeiro, 1994b, p. 497)<sup>3</sup>. De uma outra obra brasileira de referência (Azevedo, 1958) confessa-se um aproveitamento marginal no terceiro dos textos, o que o próprio justifica pela escassez de informações aí incluídas sobre o passado colonial. Bem mais sintomático da relativa constância das leituras a que vai buscar argumentos até ao derradeiro destes ensaios – aparecendo, por isso, como outro sinal revelador da forma de que se revestiu a sua atenção ao “estado da arte” – é, não só o recurso às observações sobre a regularidade ou a relativa regularidade no traçado de algumas cidades e cidadelas do Oriente português (em Damão e Baçaim, sobretudo; mas também em Chaul, Craganor, Cochim e S. Tomé de Meliapor) que Mário Chicó notara nove anos antes do primeiro destes seus textos (Chicó, 1956), como a lembrança do aproveitamento que Nestor Goulart Reis Filho fizera dessas observa-

ções no seu trabalho pioneiro sobre a planificação das cidades coloniais brasileiras (Reis Filho, 1968)<sup>4</sup>.

Em síntese, pode notar-se que a abordagem do geógrafo português se desenvolve de forma a acolher duas questões complementares. Em primeiro lugar, procura uma lição sobre as principais características distintivas das cidades de cada uma das duas “famílias” ou “tipos” ibéricos, características genéticas distintivas estas que deveriam sempre sobrepôr-se a qualquer outra qualidade de argumentos que procurasse justificar a fisionomia dos sítios urbanos condicionada por portugueses e espanhóis aquando dos respectivos movimentos de Expansão. Em segundo lugar está o inventário o mais exaustivo possível daquelas circunstâncias que se entre-cruzam com o anterior e de cuja combinação sairá o que existe de particular em cada caso. Como o definiu noutra ocasião, “combinação das circunstâncias de *ambiente* local, das vantagens e restrições do sítio, das relações de posição e de lugar como nós da rede urbana e da forma como cada uma reagiu a estímulos e restrições no decurso do tempo” (Ribeiro, 1969, p. 73).

Para a nota sobre os traços distintivos das cidades portuguesas existe um exemplo assinado pelo próprio em 1963, de resto não superado, e cujo aproveitamento é várias vezes explícito aqui (Ribeiro, 1963)<sup>5</sup>. Tema tocado e retomado em variadíssimas ocasiões<sup>6</sup>, faz com se passem em revista vestígios como os da marca castreja dos antecedentes protourbanos do Ocidente peninsular ou os deixados pelos romanos, as transformações decorrentes do refluxo urbano sentido em muitas das terras sob domínio de bárbaros germânicos, as consequências da presença muçulmana sobre outras, terminando com o quadro da cidade medieval portuguesa até ao séc. XVI. De tudo isto saiem vários elementos de estrutura e funcionais que darão para caracterizar uma típica cidade de “planta descalçada” (Ribeiro, 1994d, p. 527): uma divisão marcada entre Alta e Baixa; o predomínio de praças múltiplas em que cada uma se afecta a um fim; um *rossio* de mercado posto entre estas, excêntrico na origem, aberto ao espaço rural envolvente e de contornos irregulares; o eixo estruturante de uma “Rua Direita”, a mais das vezes tortuosa; ou a ocupação predominante de sítios alcandrosados, herança defensiva. Junte-se-lhes ainda uma exposição preferencial a Sul e a supremacia nas mais importantes delas de actividades portuárias<sup>7</sup>. Por seu lado, são enumeradas a soma de condições de desenvolvimento próprias e as aquisições teóricas mais recentes sobre o ideal urbano responsáveis por terem ditado a fisionomia inconfundível da cidade que os espanhóis exportaram para o Novo Mundo, centrada na Plaza Mayor. De proporções definidas, observa-se como uma estrutura como esta interrompe por regra os eixos de circulação e estabelece a partir de si uma quadrícula de *cuadras*, em cujo termo surge bem marcada a fronteira com o espaço rural.

Visto isto, entre o que se contabilizará como “adaptação aos sítios” e demais “complexidade de influências” (Ribeiro, 1994a, p. 467) ter-se-ão as razões que sobravam para interpretar as diferenças constatadas entre cada um dos modelos, bem como para reconhecer a relativa diversidade de matizes próprios de cada um deles. Assim, se os portugueses não depararam na América com civilizações urbanas, o exemplar da “plaza tan bien compasada y con tanto concierto y tamaño” com que Bernal Díaz del Castillo refere na sua *Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España* o pasmo de Cortés no México dá a medida do efeito de um quadro prévio (Ribeiro, 1994a, p. 468). Depois, entre terrenos de encosta e vales apertados, os espanhóis também teriam as suas cidades mineiras espontâneas e ocasionais (Ribeiro, 1994a, p. 468), do mesmo modo que a enorme dispersão portuguesa não deixou de suscitar, a par da irregularidade extrema de muitos assentamentos desprovidos sequer de acto fundacional, o aparecimento, ainda que excepcional, de algumas povoações quadriculares. Diferentes contingentes humanos

Diferentes contingentes humanos

disponíveis, diferentes tempos de colonização, diferentes origens culturais no âmbito do esforço de povoamento de cada um dos dois contenedores estatais, diferente acesso a recursos em tempos simultâneos por parte de uns e outros, tudo isso ajudou a marcar um quadro que é mais rico do que se quisera fazer crer pela aplicação apriorística de uma antinomia de espírito ou de carácter. E o que nunca sucedeu, afirma-se por último, foi a casualidade pura e simples de um assentamento, uma fundação destituída assim de propósito como de plano prévio, por muito frouxa que fosse a presença deste último na tradição urbana de um dos dois povos colonizadores. Ficava a emenda, que só recentemente se pôde ler na íntegra.

## **DÉCADA DE OITENTA: ACTUALIZAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS**

---

No panorama editorial português da década de oitenta destacam-se três textos em que se procurou situar o estado das investigações sobre a “personalidade” dos espaços urbanos de raiz portuguesa no Mundo no tempo anterior ao séc. XVIII: para além de uma resenha de Mourão (1989) limitada aos agregados populacionais do Brasil (onde voltam a ser pertinentes as considerações sobre a racionalidade dos traçados lançados pelos portugueses e sobre a primazia do mundo rural no contexto urbano que decorrem da valorização da ideologia da *casa grande* – uma vez mais o eco da obra de G. Freyre), a entrada “Urbanismo” do *Dicionário Ilustrado da Hist. de Portugal*, da autoria de José H. Correia (Correia, 1986) e o artigo “O lugar da cidade portuguesa”, publicado pelo arquitecto José M. Fernandes (Fernandes, 1987a).

Do texto de Correia – uma revisão condensada da experiência pré-portugalense à actualidade – interessa-nos sobretudo a interpretação que dá por adquirida no Portugal de inícios da era renascentista o convívio com algumas das solu-

ções urbanísticas típicas dos valores mais “europeus” desse tempo. Demonstra-lo-ão a regularidade do traçado de algumas vilas novas ou a regularização que se empreendeu de espaços urbanos e suburbanos prévios, conjunto de intenções este com efeitos que chegam ao exemplo da primeira artéria moderna portuguesa que constituiu a superação das velhas ruas direitas de Coimbra pela nova e larga Rua de Santa Sofia. É nestes exemplos que reconhece os antecedentes empíricos da planificação urbana que imediatamente se seguirá, aplicada com outra dinâmica nas praças de África e do Oriente, a qual contou com a colaboração de técnicos italianos e foi apoiada no desenvolvimento coetâneo nos meios da Corte das ciências da arquitectura, na leitura generalizada da tratadística da época – primeiro italiana, depois francesa e holandesa, portuguesa por fim –, num processo que coincide ainda com a transformação do mestre pedreiro em arquitecto projectista e na posterior assimilação deste último ao engenheiro militar. A edificação de fortificações, feitorias ou, mesmo, cidades muralhadas que resultou daqui, de concepção “ideal” pelo traço que os arquitectos militares lhes emprestaram, apenas não terá sido acompanhada no Brasil dos primeiros tempos, facto de qualquer modo não imputável à falta de um plano conforme aos programas urbanísticos da Europa renascentista, mas apenas à interferência pontual de condições geográficas e de colonização específicas, as quais vieram a ditar a feição espontânea ou mimética em relação a formas urbanas metropolitanas de alguns dos seus centros. Ao invés de tais situações, tal como ao contrário das teses mais divulgadas, defende-se, a generalidade das leituras dos casos ultramarinos confirma para a prática urbanística portuguesa da época a sua plena adesão aos cânones programáticos referidos.

Quanto ao inquérito de J. M. Fernandes, este toma como propósito o de identificar do ponto de vista locativo, de “situação” e (menos) de estrutura interna as constantes mais significativas

daquela que vê como personalidade própria do urbanismo português. Concretiza-o tanto para as urbes do território continental, como para as áreas atlântica, americana e afro-asiática, reaparecendo ainda o paralelismo com o modelo espanhol. No final, ensaia-se o confronto das especificidades dos “modelos” assim encontrados com as tipologias próprias da arquitectura. Há ainda lugar para reflectir sobre a “descaracterização do modelo e a relação deste com os elementos fundamentais da cultura portuguesa”, sugerindo-se na oportunidade o alargamento do âmbito de análise das características de cidade notadas até aí “numa perspectiva mais antropológica, com as da *personalidade-base* do temperamento português, tema que Jorge Dias tentou aflorar e sistematizar” (Fernandes, 1987a, p. 111; cf. Dias, 1985). A par das teses de Eduardo Lourenço recolhidas em *O Labirinto da Saudade*, também a “assimilação por adaptação” de G. Freyre será aqui citada (Fernandes, 1987a, p. 111; cf. Freyre, 1940)<sup>8</sup>. Este último ponto importa-nos em particular porque justifica em boa parte aquele que é o limite temporal da nossa resenha: o fim da vigência do modelo “com dimensão de intemporalidade” (Fernandes, 1987a, p. 86) que acaba de expor coincide com a intervenção Iluminista da fase joanina e, sobretudo, pombalina, “quando aspectos conceptuais e político-económicos renovadores e de sentido diferente se começaram a sobrepor aos processos tradicionais da produção da cidade” (Fernandes, 1987a, p. 110).

Para a definição do modelo da cidade portuguesa a análise apoia-se em larga medida no alinhamento de notas históricas sobre a “escolha do sítio” urbano em Portugal retiradas de um dos artigos de O. Ribeiro antes referidos (Ribeiro, 1963). O autor sintetiza a partir daqui três características básicas, as quais se encontrariam definidas pelos sécs. XIV-XV e que, apesar de meleáveis e susceptíveis de enriquecimento pelos novos ambientes que a Expansão lhes proporcionará, não se desvirtuarão, “adquirindo se

se quiser diferentes qualidades dentro do seu sentido inicial”: pendor litoral e comercial, uma situação quase sempre marítima que se alia a um “sentido trópico” – um “*tropismo* adaptativo” evidenciado por uma preferência pelo quadrante meridional – e, por último, uma condição bipolar, convivência entre um centro de vocação residencial altaneiro e a parte baixa que é centro de negócios e de trocas portuárias (Fernandes, 1987a, p. 87). Vem em seguida o reencontro do modelo nas diferentes áreas da Expansão. À cabeça, nos arquipélagos atlânticos dos Açores e Madeira, onde se manifestará na época das respectivas fundações uma hesitação “entre a adopção de modelos urbanos do tipo dos de função defensiva do interior do país, e os de nítido gosto ribeirão”, o que deu num urbanismo de “charneira entre formas medievais e modernas”, mas, para o mais, sem outras consequências para uma concordância generalizada com o modelo vislumbrado (Fernandes, 1987a, p. 88). Neste ponto, apenas é relevante a dissonância dada pela implantação no quadrante Norte de uma vila importante como Santa Cruz da Graciosa. Resultado idêntico é reconhecido para as intervenções nos arquipélagos de Cabo Verde e das Canárias (neste último, influência portuguesa perceptível no desenvolvimento urbano de Las Palmas de Gran Canaria e em Santa Cruz de La Palma, apesar da mistura com o padrão castelhano dominante tornar difícil o inquérito), circunstâncias em que só as condições climáticas subtropicais obrigaram a uma “distorção” trópica pela revisão dos quadrantes de implantação. Pelo resto, características como a insular ou a de uma ruralidade dominante contribuirão mesmo para o reforço em qualquer destes casos do modelo de origem, aberto, orgânico e informal, algo que nem sequer um crescimento comparativamente mais acelerado que o das urbes continentais desvirtuará.

Por seu turno, na cidade luso-brasileira a concentração litoral e a escolha de um sítio urbano predominantemente alcandorado (dois aspectos

preferidos por mais aptos para a instalação urbana e não por mero reflexo defensivo ou por favorecerem a função portuária) aliam-se à soma de características funcionais, de estrutura ou de imagem que são referidas com maior frequência para confirmarem as afinidades com um padrão metropolitano. As potencialidades oferecidas por uma escala nova, por situações geográficas originais e por condições climáticas modificadas suscitarão neste caso o aparecimento de situações de “inversão trópica” e uma original “dimensão luxuriante” dos conjuntos. Estas realidades, porém, sem desmentirem as premissas básicas do modelo, contribuirão para as recriar dentro de um novo espaço. No Oriente volta a ocorrer o reencontro com o modelo proposto, ressalva feita aos espaços urbanos do Médio Oriente, fortemente condicionados pelas urgências militares ou por estruturas urbanas já implantadas, e que, por isso, não atingiram uma plenitude característica. Tal tanto é válido no Japão (Nagasaki), na China (Macau) e na Oceania como na área indiana, sobretudo a da costa ocidental da península indostânica, onde o desenvolvimento da realidade urbana foi mais significativo. Aqui, a única exceção surge na ocupação preferencial de terras baixas ou rasas que marcam a localização e a escolha do sítio do Malabar Sul ao golfo de Cambaia, Goa à parte. Na oportunidade, aproveita-se para rebater a oposição que M. Chichó primeiro viera propor entre um urbanismo segundo o padrão “ideal” do Renascimento concretizado na Índia Portuguesa e o dos exemplares seus contemporâneos prevaletentes no Brasil, influenciados estes no que tocava a aspectos de organização global do território, de localização e, mesmo, de estrutura interna por um padrão português continental. A desmenti-lo, casos como as coincidências entre as malhas urbanas de Damão ou Meliapor e Salvador (facto patente na regularidade dos arruamentos e na distribuição das funções centrais), a irregularidade real das malhas de Baçaim, Chaul, Craganor, Cochim e Cananor, o paradigma goês (ci-

dade que se entende reproduzir Lisboa) ou a geometria de São Luís do Maranhão e de Belém do Pará (exemplares próximos no tempo dos de Baçaim e Damão). Este conjunto de discordâncias serve ainda para sugerir uma revisão metodológica das pesquisas sobre a morfologia da cidade indo-portuguesa.

Para a área africana, e passe tanto a natureza fragmentária das experiências – das cidades ou cidadelas do Norte de África às fixações mais diversas ao longo da costa ocidental, da Mauritânia ao Cabo, destas aos arquipélagos de São Tomé e Fernando Pó e destes últimos às instalações ao longo da costa oriental (afins aos modelos das do Estado da Índia) –, como, sobretudo, a característica de “apoio” a que essencialmente correspondem as respectivas implantações por não se ter verificado aí durante o período em estudo uma vontade colonizadora, os exemplos serão ainda assim reveladores da presença embrionária das modalidades marítimas e comerciais da cidade-arquétipo antes identificada. Por último, da revisão dos processos que desembocaram no amadurecimento dos modelos urbanos de Espanha e Portugal enumeram-se de forma esquemática os factores distintivos considerados mais óbvios na respectiva reprodução extra-peninsular: interioridade *vs.* litoralidade; monumentalidade *vs.* “integração orgânica na paisagem”; uma geração segundo uma visão axial *vs.* uma criação mais sequencial; no plano formal, uma dimensão geométrica *vs.* o predomínio de uma “variável orgânica” – “ou, se quisermos, a de uma geometria implícita, criadora de sistemas *lineares*” –, com valorização das componentes funcionais e pragmáticas (Fernandes, 1987a, p. 106).

Entretanto, o mesmo autor retomou em várias ocasiões a generalidade dos tópicos e das conclusões que acabamos de resumir deste seu texto. Ver, em especial, Fernandes (1987b) estudo de casos a partir do qual constrói um agrupamento tipológico, e Fernandes (1998) onde testa a validade temporal desse agrupamento e reafirma a cedência do “modelo típico da cidade

portuguesa” quando confrontado com os padrões europeus do Iluminismo setecentista. A temática apareceu também desenvolvida num estudo cujo objecto é a caracterização ao longo de uma sequência histórica de cerca de quatro séculos da cidade portuguesa insular da Macaronésia – as “ilhas Atlântidas”, o conjunto dos arquipélagos de colonização portuguesa do Atlântico Norte (Fernandes, 1996)<sup>9</sup>.

## BALANÇO

Cerca de seis décadas após uma célebre frase em que Sérgio Buarque de Holanda sublinhou a palavra desleixo ao falar das formas do urbanismo luso-brasileiro – e quem diz a frase de Holanda dirá os prolegómenos de Robert C. Smith à cidade de Salvador postos no seu *Arquitetura Colonial* de 1955, ainda se conserva aceso um debate no mínimo inédito no qual as questões de “psicologia social” são invariavelmente convocadas para analisar o tema mais vasto das cidades coloniais portuguesas anteriores ao séc. XVIII. À parte essa componente menos pacífica e para alguns até esdrúxula, tal tema continua a suscitar um número crescente de inquéritos, quer parciais, quer genéricos. A uni-los aparece quase sempre a preocupação em reconhecer no objecto tratado o reflexo tanto quanto possível consciente de um modo arquétipo de fazer cidade de padrão português continental e europeu. Da herança medieval aos ensaios insulares, do Oriente ao grande Brasil, tem-se vindo pouco a pouco a desenterrar a impressão de um todo cultural coerente. Aqui, já sabemos que ao falar em “ar de família”, por exemplo, Orlando Ribeiro se afirmara como um dos fundadores deste debate. Agora – e não obstante o carácter irremediavelmente disperso do seu contributo –, revelados que foram vários dos inéditos que deixou, torna-se-nos mais clara a ideia que tinha desses casos “de ambiente tão português”, como também dizia.

## NOTAS

- \* Doutorando em Geografia Humana na Universidade Autónoma de Barcelona. Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa.
- 1 A última destas expressões é retirada de Bell (1915), mas, para o resto, aplicada com um critério descansado em tudo idêntico àquele que, no parágrafo anterior da mesma obra, lhe dá para transcrever o retrato queirosiano de Gonçalo Ramires, ou ainda ao que toma pouco à frente quando lê na invenção portuguesa dos seguros marítimos a manifestação do espírito cauteloso, rotineiro e previdente de todo um povo, contrapeso obrigatório de uma propensão colectiva para a aventura que lhe não cabia desmentir (Freyre, 1983, n. 12, p. 66). Ver também Léonard (1999) e o bem-vindo livro de Castelo (1999), onde é esmiuçada a recepção da obra gilbertiana em Portugal entre a publicação de *Casa-grande & Senzala* (1933) e a eclosão da guerra colonial (1961).
  - 2 Ribeiro (1994a) inédito de 1965; Ribeiro, (1994b), inédito não datado; Ribeiro (1994c), inédito, redacção inicial nos anos 60, revisto no início da década seguinte; Ribeiro (1994d) resumo da Lição de Encerramento do “I Colóquio Ibérico de Geografia”, Salamanca, 1979, ed. versão espanhola nas respectivas “Actas”; Ribeiro (1994e) inédito, desenvolvimento do texto anterior. No mesmo apartado em que aparecem estes cinco textos são, entre outros, incluídos ainda Ribeiro (1994f) (inédito de 1952) e Ribeiro (1994g) (reed. do original publicado em “Brasília”, Coimbra, 9, p. 243-256, 1955), sem implicação para o nosso tema apesar de qualquer dos dois versar aspectos do Brasil urbano.
  - 3 Sobre A. de Azevedo e a impressão suscitada por esse seu trabalho de 1956, ver também a nota em que O. Ribeiro revê a sua figura e obra (Ribeiro, 1978, p. 102-104).
  - 4 Expresso sem demasiada ênfase, é ainda assim nítido que a tese de M. Chicó é muito útil a O. Ribeiro para que este desmintas a da inata alergia lusitana à linha recta, algo que a referência à conhecida aplicação da planta quadriculada em algumas fundações intencionais portuguesas desde a Baixa Idade Média não compensara suficientemente, sobretudo porque, como o próprio nota, poucas dessas fundações se haviam consolidado como verdadeiras cidades (Ribeiro, 1994b, p. 493-494). Para além disso, uma alusão a “certos autores” que “modernamente” chamavam a atenção “para cidades ideais de inspiração renascentista e cons-

- truídas à semelhança das fundações intencionais portuguesas do Oriente” (Ribeiro, 1994d, p. 528) por certo confirma uma leitura deste autor, se bem que nem por esta nem por nenhuma outra sejamos esclarecidos sobre qual pudesse ter sido a eventual interpretação de Ribeiro de autores como Silveira (1956), Santos (1968) ou mesmo Moura (1969).
- 5 Este texto retoma muitas das impressões que escrevera a propósito do tema e que se encontram dispersas em Ribeiro (1955, p. 67-101).
  - 6 Desde logo no ponto “sítios urbanos” do Cap. II do “magnum opus” do autor (Ribeiro, 1986, p. 96-97; 1ª ed. 1967); nos primeiros parágrafos de Ribeiro (1968); ou na abordagem minimalista que se concede ao tema urbano no Vol. III da *Geografia de Portugal* que assina com H. Lautensach (Ribeiro e Lautensach, 1989, p. 869-874). A propósito da estrutura urbana de Tavira, desenvolve ainda uma referência a paralelismos observáveis entre alguns traços da morfologia urbana tradicional de aglomerações portuguesas, do Brasil e do então Ultramar (Ribeiro, 1961, n. 1, p. 136). Notas avulsas sobre analogias de “sítio” e forma entre diferentes cidades portuguesas no mundo ocorrem inúmeras vezes (cf. *inter alia*, Ribeiro, 1958; Ribeiro, 1962; Daveau e Ribeiro, 1973, p. 137-138 e 147-151).
  - 7 Na síntese que propôs em 1958 sobre a rede de cidades marítimas da diáspora portuguesa, a redacção trata os “duplos” ultramarinos das urbes do Continente português em termos que, como se vê pelo seguinte trecho, prognosticam várias das constantes de textos posteriores: “(...) Procurando um estuário ou um recesso do litoral, ocupando um lugar alto – a acrópole mediterrânea – donde se domina o porto, apinhando o casario em torno de elevações onde se erguem a massa pesada dos conventos e a silhueta das torres das igrejas, desenvolvendo na marge uma planta descerrada por onde a porta e o jardim se insinuam nas construções, admitindo à convivência gente de todas as origens, sem que as raças se segreguem em bairros distintos, todas estas cidades têm um ar de família e evocam de modo impressionante os seus paradigmas lusitanos” (Ribeiro, 1994a, p. 50).
  - 8 Atente-se na seguinte passagem em que E. Lourenço, ao reflectir sobre o “fundo do carácter português”, o caracteriza diizendo da “mistura fascinante de fanfaronice e humildade, de imprevidência moura e confiança sebastianista, de *inconsciência alegre* e negro *preságio*” (Lourenço, 2000, p. 24-25). Familiar?
  - 9 Vejam-se ainda Fernandes (1989a, 1989b, 1991, 1999 e 2000).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva*. São Paulo: Fac. Filosofia Univ. S. Paulo, 1956. 96 p.
- BELL, Aubrey Fitz Gerald. *Portugal of the Portuguese*. Londres: Isaac Pitman and Sons, 1915. 268 p.
- CÂNDIDO, António. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 21ª ed. Rio de Janeiro: José Olympo Editora, 1989. 158 p. p. xxxix-lii.
- CASTELO, Cláudia. “*O modo português de estar no mundo*”. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento, 1999. 166 p.
- CHICÓ, Mário Tavares. A “cidade ideal” do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia. *Garcia de Orta*. Lisboa: número especial, p. 319-331. 1956.
- CORDONNIER, Christophe. Préface. In: VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *Principes de Géographie Humane*. Manuscrits publiés par Emmanuel de Martonne. 2ª ed. Paris: Éditions Urtz, 1995, 347 p. p. 9-23.
- CORREIA, José E. C. Horta. Urbanismo. In: PEREIRA, José Costa (coord.). *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. Lisboa: Pub. Alfa, v. 2, 1986. 499 p. p. 306-308.
- DAVEAU, Suzanne; RIBEIRO, Orlando. *La zone intertropicale humide*. Paris: Armand Colin, 1973. 276 p.
- DIAS, António Jorge. *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda (IN-CM), 1985 [redacção 1950]. 59 p.
- FERNANDES, José Manuel. O lugar da cidade portuguesa. *Povos e Culturas*, Lisboa, n. 2, p. 79-112, 1987a.
- \_\_\_\_\_. Índia e Brasil: Para o Estudo Comparativo das Estruturas Urbanas de Influência Portuguesa. In: CONGRESSO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO LUSO NO MUNDO. 1, 1987, Lisboa, Fac. de Arquitectura Univ. Técnica de Lisboa/Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), 1987b. 74 p. (policopiado).
- \_\_\_\_\_. *Angra do Heroísmo*. Lisboa: Presença, 1989a. 82 p.
- \_\_\_\_\_. O Funchal e o Urbanismo de Raiz Portuguesa no Atlântico – estudo comparativo e de enquadramento histórico-estrutural. In: COLÓQUIO INTERN. HISTÓRIA DA MADEIRA. 1. 1986, Funchal. *Actas*. Funchal: Gov. Regional da Madeira, v. 1, 1989b. p. 247-260.
- \_\_\_\_\_. A Cidade Portuguesa: um modelo característico de espaço urbano. In: *Sínteses da cultura portuguesa* – A

- Arquitetura. Lisboa: Commissariado para a Europália 91/ IN-CM, 1991. 160 p.
- \_\_\_\_\_. *Cidades e Casas da Macaronésia*. Evolução do território e da arquitetura doméstica nas ilhas atlânticas sob influência portuguesa, quadro histórico do séc. XV ao séc. XVIII. Porto: Fac. de Arquitectura da Univ. do Porto, 1996. 420 p
- \_\_\_\_\_. Índia e Sul do Brasil: Planos do Urbanismo Português no Séc. XVIII. In: CARITA, Helder; ARAUJO, Renata (coord.). *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Portugêses 1415-1822*. Lisboa: Commiss. Nac. Comemor. Descobrimentos Portugêses, 1998, 569 p. p. 243-254.
- \_\_\_\_\_. Urbanismo e arquitetura no Estado da Índia (Índia Portuguesa): alguns temas e exemplificações. In: CONFERÊNCIA INTERN. VASCO DA GAMA E A ÍNDIA, 1998, Paris. *Vasco da Gama e a Índia*, Lisboa: FCG, v. 3, 1999, p. 271-293.
- \_\_\_\_\_. De Cochim a Diu – análise de alguns espaços urbanos na Índia de influência portuguesa. In: *Encontros sobre Portugal e a Índia*. Lisboa: Livros Horizonte/Fundação Oriente, 2000. 303 p. p. 153-163.
- FREYRE, Gilberto. *O Mundo que o Português Criou*. Aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colónias portuguesas. 1ª ed. portug. Lisboa: Livros do Brasil, s.d. [1940]. 221 p.
- \_\_\_\_\_. *Casa-Grande & Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Lisboa: Livros do Brasil, 1983. 539 p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 21ª ed. Rio de Janeiro: José Olympo Editora, 1989. 158 p.
- LÉONARD, Yves. O Ultramar Português. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, v. 5, 1999. 499p. p. 31-50.
- LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da Saudade*. Psicanálise Mítica do Destino Português. 6ª ed. Lisboa: Gradiva, 2000. 182 p.
- MOURA, Carlos Francisco. Nagasaki, cidade portuguesa no Japão. *Studia*, Lisboa, n. 26, Abril 1969. p. 115-148.
- MOURÃO, Fernando A. A. Os agregados populacionais. In: ALBUQUERQUE, Luís de (dir.). *Portugal no Mundo*. Lisboa: Pub. Alfa, v. 3, 1989. 330 p. p. 276-330.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Liv. Pioneira Ed./EDUSP, 1968.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 476 p.
- RIBEIRO, Orlando. *Geografia de Portugal y España*. Portugal. Barcelona: Montaner y Simón, t. 5, 1955. 283 p.
- \_\_\_\_\_. Um povo na Terra. In: *Portugal: oito séculos de história ao serviço da valorização do homem e da aproximação dos povos*. Lisboa: Commiss. Geral de Portugal para a Expo. Univ. e Intern. de Bruxelas, 1956. 317 p. p. 13-39; reed. sob o título Portugal: raízes ibéricas e diáspora. In: RIBEIRO, O. *Opúsculos Geográficos*. Lisboa: FCG, v. 5, 1994h, p. 35-57.
- \_\_\_\_\_. *Geografia e Civilização*. Temas Portugêses. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1961. 238 p.
- \_\_\_\_\_. Panorama da Expansão Portuguesa – Esquema de um curso. *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, Lisboa, n. 59, p. 93-189. 1962.
- \_\_\_\_\_. Cidade. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário da História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, v. 1, 1963. 858 p. p. 574-580.
- \_\_\_\_\_. A Rua Direita de Viseu. *Geographica*, Lisboa, n. 16, ano 4, p. 49-63. Out. 1968.
- \_\_\_\_\_. Proémio metodológico ao estudo das pequenas cidades portuguesas. *Finisterra*, Lisboa, v. 4, n. 7, p. 64-74. 1969.
- \_\_\_\_\_. Aroldo de Azevedo. *Finisterra*, Lisboa, v. 13, n. 25, p. 102-104. 1978.
- \_\_\_\_\_. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Liv. Sá da Costa Ed., 1986. 189 p.
- \_\_\_\_\_. *Mediterrâneo*. Ambiente e Tradição. Lisboa: FCG, 1987. 323 p.
- \_\_\_\_\_; LAUTENSACH, Hermann. *Geografia de Portugal*. Lisboa: Ed. Sá da Costa, v.3, 1989. 242 p.
- \_\_\_\_\_. As cidades do México. In: RIBEIRO, O. *Opúsculos Geográficos*. Temas Urbanos. Lisboa: FCG, v. 5, 1994a. 557 p. p. 467-470.
- \_\_\_\_\_. A cidade portuguesa e a cidade espanhola na América. In: RIBEIRO, O. *Opúsculos Geográficos*. Temas Urbanos. Lisboa: FCG, v. 5, 1994b. p. 491-497.
- \_\_\_\_\_. A cidade ibérica no Mundo. Achegas para um estudo comparativo. In: RIBEIRO, O. *Opúsculos Geográficos*. Temas Urbanos. Lisboa: FCG, v. 5, 1994c. p. 499-524.
- \_\_\_\_\_. As cidades ibéricas tradicionais e a sua expansão no Mundo. In: RIBEIRO, O. *Opúsculos Geográficos*. Temas Urbanos. Lisboa: FCG, v. 5, 1994d. p. 525-530.
- \_\_\_\_\_. Las ciudades ibéricas tradicionales y su expansión por el Mundo. In: RIBEIRO, O. *Opúsculos Geográficos*. Temas Urbanos. Lisboa: FCG, v. 5, 1994e. p. 531-557.
- \_\_\_\_\_. Reflexões a propósito de algumas cidades do Brasil. In: RIBEIRO, O. *Opúsculos Geográficos*. Temas Urbanos. Lisboa: FCG, v. 5, 1994f. p. 471-475.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Do campo de Piratininga à Metrópole do Brasil. In: RIBEIRO, O. *Opúsculos Geográficos*. Temas Urbanos. Lisboa: FCG, v. 5, 1994g. p. 477-490.

\_\_\_\_\_. *Originalidade da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1994h. 159 p.

SANTOS, Paulo F. Formação de Cidades no Brasil

Colonial. In: COLÓQUIO INTERN. DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 5, 1968, Coimbra. *Comunicações*, Coimbra, 1968, p. 6-9.

SILVEIRA, Luís. *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, s.d. [1956]. 4 vols.

## **ABSTRACT**

*At a moment when current research regains a major interest for Portuguese traditional settlements and the investigation of what can be considered a Portuguese urban pattern implemented on its former colonial territories, we propose the review of the most relevant publishing concerning the 15<sup>th</sup>-17<sup>th</sup> centuries realities. Being the first of two connected papers, this one intends three main topics: (1) the way in which new authors keep questioning the most relevant research lines*

*introduced by the discipline's founders; (2) the presentation of five related essays written between the mid sixties and the late seventies by Orlando Ribeiro (1911-1997), the celebrated Portuguese 'classic' geographer, four of them published for the first time only in 1994; (3) the review of the most important writings of the 1980's as a first glance over those of the 1990's.*

## **KEYWORDS:**

*Portuguese Colonial Cities; Colonial Urbanism; Organic Urban Growth; Urban Regulated Pattern; 15<sup>th</sup>-17<sup>th</sup> Centuries.*

